

DISCURSOS POLÍTICOS FEMINISTAS NA DÉCADA DE 1930 EM SERGIPE

*Maria Leônia Garcia Costa Carvalho (UFS)*¹

Resumo - O trabalho em pauta, alicerçado na AD, procedeu à análise de discursos políticos feministas na década de 1930, em Sergipe. Foram selecionados, em especial, os de cunho reivindicatório, propositivo, ou os que se caracterizaram como embates com outros discursos. Na pugna por seus direitos políticos essenciais e por garantias sociais, as mulheres escritoras e audazes promoveram uma revolução dissimulada em benefício próprio, lançando mão de táticas habilidosas, sutis e, até mesmo, contemporizadoras, para persuadir e obter a adesão dos adversários.

Palavras-chave: discursos políticos; estratégias discursivas; análise do discurso.

Abstract - This study, based on the AD, focuses on the analysis of women's political speeches of the 1930 decade, in Sergipe. Discourses of claims, of propositional, or those which were characterized as in conflict with other speeches were specially selected. Fighting for the essential political rights and for social warranties, audacious women and writers performed a sly revolution for their own benefit, resorting to skillful and subtle tactics and, inclusively, acquiescent tactics, to coax and obtain adhesion of opponents.

Keywords: Feminist discourses; discursive strategies; speech analysis.

INTRODUÇÃO

O raiar dos discursos femininos no final do século XIX e início do XX, sem dúvida, constituiu um acontecimento discursivo de monta, tendo-se em vista que a mulher, amoldada, em seu silêncio, aos padrões masculinos, levanta sua voz, reivindicando o acesso a uma posição que lhe foi negada pela tradição de uma hierarquia discursiva. O ingresso ao espaço público, conquistado paulatinamente, permitiu-lhe compor uma nova imagem feminina, em que inteligência, insubordinação e espírito decidido se conjugavam com a condição da mulher. Enfim, enquanto ela se conservasse a mesma que dizia a tradição, anunciava-se renovada ao reivindicar emancipação política e, por conseguinte, novos papéis, direitos e cidadania plena. A renovação feminina dizia respeito, unicamente, aos preceitos e preconceitos que se

¹ Professora Adjunta do Departamento de Letras (DLE) e do Núcleo de Pós-Graduação em Letras (NPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

formularam ao longo dos séculos, inferiorizando-a, diminuindo-lhe os méritos políticos, sociais e humanos.

O advento do movimento feminino nacional abriu questionamentos importantes, que se contrapunham à práxis social da época, uma vez que passaram a ser exigidos diversos direitos, considerados como inalienáveis, como, entre muitos outros, o de educar-se, de ter uma profissão fora do lar, de votar e concorrer a cargos públicos, enfim, o direito de ter uma vida própria, de ir e vir, com liberdade para gerir seu próprio destino.

Em terras sergipanas, sobretudo, onde o poder do patriarca encontrou solo fértil e as mulheres padeciam de coações e preconceitos de toda ordem, os discursos femininos causaram efeitos de monta, uma vez que afrontaram o estabelecido com suas posições, às vezes, exacerbadas, provocando reações diversas na sociedade, tanto de oposição como de adesão, até mesmo entre integrantes do mesmo sexo.

O movimento feminista não contou com o apoio integral da população, nem mesmo das mulheres, desde que a maioria era desfavorável à emancipação defendida. Mesmo entre as integrantes do movimento, nem sempre havia bom entendimento quanto às estratégias essenciais para o desencadeamento das práticas políticas necessárias à consecução dos propósitos. Como em todo movimento político, existiam posições que se digladiavam. Havia os que se identificavam, de forma radical, com as idéias propostas pela organização; os que, embora se declarassem simpáticos à causa, não se afastavam totalmente da ideologia vigente e, ainda, os que se colocavam, taxativamente, contra o movimento. Em conseqüência, na arena social, surgiram discursos de diversos teores, que refletiam as posições dos sujeitos envolvidos.

Na revista *Renovação*, periódico do início da década de 1930, em Aracaju - Sergipe - verifica-se uma grande riqueza de discursos femininos de cunho político: os que reivindicam direitos e apresentam propostas de mudanças, os que falam sobre o movimento feminista nacional, os que denunciam as mazelas do regime republicano, os que tecem críticas ferrenhas ao tratamento dispensado às mulheres na sociedade, enfim os que falam da vida política local ou nacional.

Uma das questões a que esse trabalho se propõe é saber se os discursos políticos femininos, da primeira metade do século XX, especificamente os da revista *Renovação*, periódico criado e dirigido por uma advogada sergipana, Maria Ritta de Andrade,

contribuíram para a mudança da condição feminina e a construção de uma identidade social.

Tal demanda exigiu a seleção do corpus, dentre os diversos temas exploradas no universo de artigos políticos femininos da revista *Renovação*. A abordagem se concentrou, portanto, nos discursos que traduzem propostas, reivindicações, embates, assumem posições ideológicas e julgamentos de valor. A análise desses discursos fundamentou-se na AD, em particular, em pressupostos pecheuxianos sobre a apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e políticos.

A ANÁLISE DO DISCURSO (AD) NOS LIMITES DA PRÁTICA POLÍTICA

No âmbito de sua teoria, Pêcheux sentiu a curiosidade de entender como se processava a apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política, especificamente a do proletariado. Recorreu, então, a Henry (1974) 2, passando a admitir diferentes posições do sujeito no discurso, e acrescentou que, nesses casos particulares, a interpelação do indivíduo “supõe necessariamente um desdobramento constitutivo de sujeito do discurso em um “sujeito da enunciação” (aquele que assume um posicionamento com conhecimento de causa, liberdade e responsabilidade por seus atos) e um “sujeito universal” (o sujeito da ciência ou do que se pretende como tal) (PÊCHEUX, p.214).

A forma-sujeito, resultante da relação entre o pré-construído (o sujeito universal) e a articulação ou efeito transversal (o sujeito em sua relação com o sentido), derivaria em diferentes modalidades de posicionamento do sujeito no discurso: a primeira, correspondente à superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, em que há livre identificação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito, resultando, então, o “bom-sujeito”, ou seja, aquele que respeita as regras do lugar de onde fala.

Um exemplo típico dessa modalidade de subjetivação seria o do militante que reproduz, por exemplo, “as palavras de ordem” do seu Partido, para sustentá-las como argumentos em seu discurso, sem desconfiar de que as palavras que toma como suas não são propriamente suas, ou ainda das possíveis brechas a que tais argumentos possam remeter (ZANDWAIS, 2007, p. 146).

² Ver HENRY, P. De l'énoncé u discours: présupposition et procssus discursifs, ronéo C.N.R.S.-E.P.H.E., 1974.

A segunda modalidade, ao contrário da primeira, decorre de um distanciamento do saber de uma formação discursiva, que se dá quando o sujeito do discurso questiona, duvida, contesta, luta contra a evidência ideológica, voltando-se contra o sujeito universal, desconfia da eficácia de seus saberes, mesmo que não os desabone. Por isso, caracteriza-se como “mau-sujeito”. O autor exemplifica essa forma-sujeito com as práticas políticas reformistas e revisionistas que se apresentam...

[...] sobretudo no seio dos partidos populistas, e que, ciclicamente se produzem no interior dos Partidos populistas, e que, ciclicamente, se produzem no interior de uma ou outra FD, como que para reordená-la, reorientá-la, em face das lacunas que o sujeito diz reconhecer de forma mais ou menos consciente, com base nas relações conflitantes que mantém com os saberes próprios desta FD (PÊCHEUX, 1988, p. 147).

Na terceira modalidade, a desidentificação, o sujeito do discurso rompe com a forma-sujeito e com a FD correspondente. Isso, no entanto, não significa que ele se liberta, já que passa a identificar-se com outros saberes de outra FD e com a forma-sujeito a ela correspondente. Há um processo de transformação-deslocamento da forma-sujeito, e não sua pura e simples anulação. A ideologia, para Pêcheux (p. 217-218), “não desaparece, ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)”.

Ao preocupar-se com uma terceira modalidade, Pêcheux adentra nos limites da prática política, procurando observar e entender como ela se articula à prática científica, a qual passa a integrar, ao mesmo tempo, o efeito da Ciência e das práticas políticas que traduzem os interesses do proletariado e sua intervenção na ordem histórica, que tomam a forma de uma desidentificação, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva.

O fato é que os interesses de uma classe não se coadunam com os interesses de outra classe e, ademais, o conhecimento produzido por uma classe responde a suas próprias necessidades e perspectivas, não de outras, uma vez que é inconcebível que alguém produza um conhecimento alheio à realidade que experimenta. Essas são duas

questões sobremaneira evidentes. Por conseguinte, exatamente por causa das distinções de conhecimentos e de interesses, entre eles surgem espaços vazios, passíveis de ocupação, tanto ideológica quanto científica, ainda que de modo adverso à história. São espaços propícios aos “desarranjos-rearranjos” pecheuxianos, que, sem dúvida, permitem afloramentos inovadores, tais como os movimentos do proletariado e o feminista.

Pêcheux se contrapõe à idéia de que a desidentificação acarretaria uma “desubjetivação” do sujeito, ou em outras palavras, uma anulação da forma-sujeito (desassujeitamento, ruptura). Segundo ele, aclamar sua anulação é...

[...] recair no mito teórico e político do ‘fim das ideologias’. Na realidade, o funcionamento dessa ‘terceira modalidade’ constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação de conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’ (IBIDEM, IDEM, p. 217).

O processo de desidentificação estaria, então, sustentado na prática política, em que as ideologias se desarticulam para, como a Fênix, rearticularem-se em si mesmas ou, que se diga, ressurgirem de suas próprias cinzas, sustentando uma nova prática, porque determinadas formas-sujeito não correspondem às premências que o estágio das relações de produção, da cultura e das mentalidades impõem.

É importante ter em conta que todas as mentalidades e culturas, por força da condição humana, têm características que evoluem de coerentes a contraditórios e vice-versa, numa dinâmica inevitável e ininterrupta. É na contradição que repousa a desarticulação-rearticulação da ideologia. Na contradição, está sempre a questão não-atendida, o sentido de uma nova prática política.

Entende-se a preferência de Pêcheux pelo proletariado, uma vez que discorre sobre questões relativas ao marxismo-leninismo. Todavia, não há como desprezar a amplitude de sua teorização, já que ela alcança a apropriação subjetiva de qualquer política, não apenas a do proletariado, com implicações inevitáveis nos processos discursivos correspondentes, como por exemplo, os discursos políticos feministas.

Embora a condição feminina despontasse como contraditória e imperfeita, ao evoluir, tornou-se ela razão de desarticulação-rearticulação ideológica, fonte necessária

de uma nova forma-sujeito, portanto, de um novo discurso e uma nova prática política, o feminismo.

ANÁLISE DOS DISCURSOS FEMINISTAS: DESARRANJOS-REARRANJOS NA FORMA-SUJEITO DO DISCURSO.

Ao falar sobre as mulheres brasileiras, em editorial da revista *Renovação*, Maria Rita de Andrade assim se expressa:

SD1. Em toda a vida da Republica aristocrática e oligarcha de 89, as mulheres eram como se não existissem no Brasil. Com trabalho penoso, com esforços extraordinários, conseguiram apenas as raras que ousaram enfrentar e venceram, no lar, o preconceito retrógrado da sua comdenação ao analfabetismo ou instrução rudimentar, que se lhes abrissem as portas dos cursos superiores , e, em consequência, com novas luctas, novas energias despreendidas , a inscrição em concursos para cargos públicos. Que de sacrifícios das novas plebéas, para conseguir tão pouco, nessa Roma retrógrada, na lucta contra os pretensos patrícios? Que de desvantagens, nas bancas de concurso, onde os seus concurrentes, além de representarem voto certo para certos medalhões, pensionistas do erário público, poderiam ainda se tornar cabos eleitorais desses sanguessugas do Thesouro? Que de desigualdade nos acessos, que de injustiças no julgamento nas repartições, sempre que a mulher não ia rotulada pela filiação , parentela, ou coisa peor, de um profissional da politicalha? Os casos de preterição, com injustiças flagrantes, e prejuízos para a administração pública, da mulher pelo homem, são tão numerosos que não se podem relatar (*RENOVAÇÃO*, n. 2, janeiro de 1931).

As palavras de Maria Ritta de Andrade muito bem refletem o tratamento dado às mulheres ainda no período da chamada República Velha³ (1894-1930), em que elas “eram como se não existissem”. A lembrança de um passado ainda recente é evocada, como para explicar o presente. No passado, havia o apagamento da imagem da mulher no plano sociopolítico, sua exclusão dos direitos de cidadania, certamente em decorrência do imaginário que a sociedade havia construído em torno dela, para quem o espaço doméstico era o único permitido, pois seu papel era assegurar o bem-estar da família, casar e ter filhos, proteger o marido e a prole. Somente as “raras” que se arrojavam, “com trabalho penoso, com esforços extraordinários”, venceram, no lar, o preconceito retrógrado.

³ Denominação dada à primeira fase da República brasileira, que se estendeu da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 30.

No presente, vencida essa luta contra o analfabetismo, outras se lhes impuseram: o acesso aos cursos superiores, ao trabalho fora de casa, aos concursos para cargos públicos, enfim, uma série de empecilhos a que estavam expostas, que lhes exigiam uma ação combativa e eficaz. É como bem o diz Maria Ritta em seu artigo: “novas luctas, novas energias desprendidas” para conquistar outros direitos, para romper com tantos outros preconceitos. O emprego repetido do adjetivo “novo” revela a força e a persistência pelas inovações, o que requer forças revigoradas. É interessante observar a reiteração do termo, não somente na caracterização dos esforços desprendidos pelas mulheres e da luta contra os preconceitos enfrentados, como na sua designação, ao serem consideradas “novas plebéias”. Talvez pelo fato da mudança ocorrida em seu papel, em sua função, uma vez que, deixando o seu espaço “natural”, o lar, tinham que enfrentar lutas que não lhe eram habituais: além da dos direitos que lhes eram negados, o decréscimo da condição sócio-econômica as levava até mesmo à peleja pela sobrevivência, como mulheres anônimas, sofridas, mulheres do povo. O uso freqüente do mesmo adjetivo, portanto, denota tom enfático e eloqüência típicos dos discursos que pretendem um efeito de sentido, a persuasão.

Ao referir-se à “República aristocrática e oligarca de 89”, Maria Ritta faz uma crítica ao regime político republicano, com o qual se desidentifica, por traduzir ainda os interesses das oligarquias rurais e assentar-se em uma ideologia patriarcal. A propósito, na primeira década do século XX, em Sergipe, houve revoltas mal-sucedidas contra as oligarquias, a exemplo da liderada por Fausto Cardoso em 1906, que, ao depor o presidente Guilherme Campos, razão da presença de tropas federais, foi morto em praça pública de Aracaju. “De seu idealismo, aproveitaram-se as facções políticas em luta no Estado para chegarem ao poder. Faltavam à tênue classe média urbana local, condições para contestar as oligarquias” (NUNES, 1984, p. 198-199).

Ao produzir seu discurso, o sujeito toma posição na estrutura social da qual faz parte, assume uma de suas formações ideológicas e fala de dentro dela. Ao posicionar-se, é impelido a tomar uma direção em que enfrenta controvérsias e contradições. É na eficácia desse enfrentamento que encontra suporte para atrair interlocutores. No âmbito político, o empenho para instalar a ilusão de um discurso homogêneo e objetivo é preponderante, porque nele há o intento de envolver pessoas e conquistar novos adeptos.

Maria Ritta vale-se de uma formação discursiva que se afasta da ideologia patriarcal e reflete outra que, embora sob a ótica feminina, é comum a todos que se opunham ao statu quo sociopolítico ditado pelas oligarquias. Daí seu protesto pela quase nenhuma oportunidade para a mulher, desde que a estrutura era rígida e sectária, predominando os privilégios pessoais e os interesses dos que, mediante artifícios, dos mais ardilosos até, conseguiram os beneplácitos do poder. Ela assume, portanto, uma posição-sujeito que reflete não só o pensamento do grupo que representa, o das mulheres, mas de todos aqueles que reagiam ao poder dominante. Identifica-se, portanto, com uma organização política do “tipo novo”, segundo expressão de Pêcheux, sofrendo a forma-sujeito do discurso um processo de transformação-deslocamento.

O discurso de Maria Ritta, de modo específico, ostenta um tom de repúdio à preterição das mulheres nas bancas de concurso, nas repartições públicas, submetendo-se elas a julgamentos que as classificavam de acordo com os laços sangüíneos ou, como ela bem o diz, “coisa pior”. Ao referir-se a coisas piores, decerto estariam implícitos outros critérios: aparência física, condição social, interesses sexuais etc. O uso de interrogações na organização do texto e as expressões utilizadas na caracterização dos “adversários” têm um efeito de sentido: deseja-se impressionar o leitor, levando-o a refletir sobre as idéias expostas, e, ao mesmo tempo, a concordar com a resposta imediatamente apresentada: “Os casos de preterição, com injustiças flagrantes e prejuízos para a administração pública, da mulher pelo homem, são tão numerosos que não se podem relatar”. Sem dúvida, muitos dos leitores tinham conhecimento de, pelo menos, um caso. A evidência é um argumento incontestável.

A necessidade de prover a própria subsistência e, em muitos casos, cooperar com as despesas do lar, leva as mulheres a buscar o trabalho fora do ambiente doméstico, enfrentando um dos grandes embates do século que se iniciava. É disso que fala outra sergipana, Maria Eugênia Celso, em discurso enviado à revista:

SD2. No mundo inteiro, o surto feminista nada mais tem sido do que a reivindicação desse direito ao trabalho commum, para o bem e para o adeantamento da comunidade. Vagaroso nos resultados práticos, o que soe acontecer a tudo que representa modificação profunda de hábitos e de índole, nem por isso, deixará elle de ser no Brasil a Victoria, que em outros paízes lhe consagrou a definitiva e salutar imitação. É uma questão de tempo e de paciência. Confiança,

portanto. Esperemos que os homens mudem de opinião. É uma coisa que desde que o mundo é mundo, lhes tem acontecido uma vez ou outra, não lhes parece? (RENOVAÇÃO, n. 7, abril /1931).

O desenvolvimento industrial brasileiro, se de um lado promoveu o enriquecimento de alguns, de outro, promoveu a queda de qualidade de vida de vários indivíduos, que se viram forçados a preocuparem-se com o aumento do poder aquisitivo da família. Daí o emprego de mulheres nas unidades fabris aracajuanas, por exemplo, exatamente como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos da América. É válido lembrar que, ainda no século XIX, em grandes centros industriais do mundo, homens e mulheres, até crianças em tenra idade, eram levados aos pátios de produção, sujeitos a tarefas muitas vezes quase suicidas, em troca de salários ínfimos, especialmente os de mulheres e crianças, pouco se preocupando seus patrões com as qualidades de vida e a sobrevivência dessa gente, reduzindo-a, não raro, a condições até inferiores à do escravo brasileiro.

Defende Maria Eugênia que o ingresso da mulher no trabalho comum é um imperativo “para o bem e o adiantamento da comunidade”. Por conseguinte, não se trata da mera exploração sub-remunerada: o uso de um discurso exótico, ou seja, de outros países, é o eixo para pregar confiança, paciência e, decerto, perseverança, para que surjam “resultados práticos” e modifiquem-se os hábitos e as índoles, fazendo com que “os homens mudem de opinião”.

Verifica-se, no segmento citado, não mais a apropriação de um discurso da estrutura vivenciada, mas de outra, não-experimentada, aflorando um exemplo importado de conjunturas estranhas, uma conotação ideológica em que não se perde a relação colonizador-colonizado. O fato é que não deixa Maria Eugênia de valer-se de um argumento de autoridade sobre o direito feminino ao trabalho comum: o fato de as mulheres, em outros países, já o terem alcançado. Segundo suas palavras, “nem por isso, deixará elle de ser no Brasil a Victoria, que em outros países lhe consagrou a definitiva e salutar imitação”.

O tom de aconselhamento, presente no seu discurso, ao recomendar calma, paciência, confiança na vitória, é uma forma sutil empregada na ânsia de subverter sua situação. As mulheres, em sua maioria, buscam revestir o seu discurso de um tom moderado.

Em Sergipe, como já acontecia em outros estados do Brasil, as mulheres pensam em organização e união ao movimento feminista nacional, sob a liderança de Bertha Lutz. Constata-se a presença ativa de mulheres, integrantes de classes sociais mais favorecidas, à frente do movimento feminista, regulando ou confrontando dizeres, através de formações discursivas que, ou convergem para uma formação ideológica, no caso, a feminista, ou promovem o embate ou o consenso entre diversas FI presentes no meio social, com o fim de serem atingidos interesses específicos da categoria.

Acredita-se que os resultados não teriam sido favoráveis, se não houvesse uma tomada de posição por parte dessas mulheres que, por deterem o domínio da palavra, por pertencerem a famílias de mais recursos e serem bem situadas socialmente, tinham melhor acesso aos meios sociais e políticos. Segundo Soihet (2005, p. 117), [...] “Bertha e suas companheiras aproveitavam-se dos laços de amizade existentes entre seus familiares e muitos dos grupos que ocupavam posição de poder para obterem simpatia para sua causa e fazer avançar o debate, acerca da causa sufragista”.

Com a intenção de atingir objetivos maiores, as mulheres lançavam mão, em seus discursos, de táticas habilidosas, procurando inclusive formas mais sutis, até mesmo contemporizadoras, para obter a adesão dos ditos adversários, pois questões inovadoras para a época foram colocadas, como a ênfase no “trabalho comum”, fora do ambiente doméstico, mesmo para as mulheres casadas, independentemente da condição do marido, demandas que contestavam a “intocável divisão de tarefas entre homens e mulheres” (Ibidem, idem).

O discurso proferido pelas mulheres da revista *Renovação*, característico do movimento feminista, não se produz senão para desarranjar determinados saberes tidos como dominantes na sociedade patriarcal, uma vez que seu propósito era o de modificar as condições de produção das relações entre gêneros. No entanto, por tratar-se de uma prática política de cunho transformador, interessa-se não só em desarranjar os saberes já sedimentados, mas, sobretudo, em rearranjá-los, a fim de darem sustentação e legitimidade aos interesses das mulheres.

Observe-se, por exemplo, o recorte do discurso de Maria Ritta que se segue:

SD3. Quando, em treze de maio do anno findo, tive a oportunidade de fazer uma conferência na Liga da Defesa Nacional, na Reunião Solemne de recepção de novas sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sobre os Direitos da Mulher, disse ao grande

público que me ouvia, aos representantes dos poderes naquela época, que - o nosso regimen democrático estava manquê; que a hierarchia sexual era retrograda e aviltava tanto o Brazil quanto o aviltou a escravatura negra; que o governo democrático, unisexual, era impossível, porque os sexos que se completam no Lar se integrarão também na direção da Patria, que é um lar maior, de obrigações múltiplas e mais complexas, por isso mesmo que mais exige a collaboração de elementos diversos e equivalentes na sua direcção. (RENOVAÇÃO, ANO II, n. 22, janeiro de 1932).

Três lances do segmento discursivo acima chamam atenção: o dia “13 de maio”; a realização da conferência, na Liga de Defesa Nacional, sobre os “Direitos da mulher”; a referência à escravidão negra. O sentido do contraditório é construído: na data em que se comemoram 33 anos de libertação dos escravos no Brasil, pelas mãos femininas, da princesa Isabel, as mulheres ainda se encontram em condições de servidão similares: sem direitos. A inter-relação desses aspectos se torna essencial para a obtenção do efeito de sentido pretendido: motivar a platéia, causando comoção sobre a condição feminina numa sociedade que se dizia democrática. Explora-se, por conseguinte, uma contradição, promovendo-se a desarticulação de uma ideologia, para que ela se rearticule favorável às reivindicações feministas.

As desarticulações, evidentemente, estão nas críticas de Maria Ritta ao regime republicano brasileiro, classificado como “manquê”, ou seja, defeituoso, imperfeito, ainda à organização social do país, considerada retrógrada e aviltante, desde que fundada sobre relações desiguais entre homens e mulheres, como também à constituição “unisexual” do governo democrático. As rearticulações ocorrem na afirmação da necessidade de integração dos sexos na direção da pátria, “o lar maior, de obrigações múltiplas e mais complexas”. O interdiscurso típico da sociedade patriarcal “os sexos se completam no lar” é retomado, verificando-se um processo transformação-deslocamento, de modo que o espaço seja ampliado e metaforizado: a pátria assume o estatuto de lar, abrigo do povo brasileiro, que, por sua vez, assume o estatuto de “grande família”, mas não uma família nos moldes do passado, e sim uma nova estirpe, que “exige a colaboração de elementos diversos e equivalentes na sua direção”.

Conforme observado, o sujeito do discurso se apropria de uma FD tipicamente patriarcal, mesmo não se identificando com ela. No entanto, não se limita a reproduzi-la, ao contrário, reconfigura-a e reinscreve-a em outro domínio de saber, onde ela passa a ser resignificada. Conforme Indursky (2007, p. 187):

[...] suas divergências são da ordem do antagonismo e seus questionamentos já são produzidos de um outro lugar, de fora da FD. A desidentificação sinaliza que, de fato, o sujeito já identificou-se com outro domínio de saber, com uma outra ideologia, com uma outra forma-sujeito.

Na década de 1920, no Brasil, surgem muitas insatisfações, relacionadas não apenas ao nível econômico e à esfera política, mas também no ao terreno das idéias, dos comportamentos, dos valores. Tais descontentamentos, ao longo da República, já vinham se evidenciando, especialmente no tocante à corrupção típica do sistema eleitoral em vigência. Em consequência, eclodem diversos movimentos: o Modernismo, a criação do Partido Comunista, o crescimento do Feminismo etc.

Também em 1922, desencadeia-se, em diversas fileiras do exército brasileiro, especialmente entre os tenentes, um movimento de revolta contra a eleição de Artur Bernardes, representante da política do café-com-leite, que, tentando impedir sua posse e exigindo mudanças, conquista a adesão de vários estados brasileiros, inclusive do Nordeste, e tem repercussões profundas e desdobramentos em toda a década de 1920. Várias agitações ocorrem em todo o país, com a formação da Coluna Prestes, que chegou a contar com 1500 homens, percorrendo todo o território nacional.

Em 1929, com o crack da Bolsa de Nova Iorque e a estagnação da economia internacional, a economia entra em declínio e a vida política nacional passa por enormes dificuldades, sobretudo com a eleição de Júlio Prestes, que provoca forte descontentamento nos meios civis e militares, o que levou toda a oposição a unir-se, culminando com a vitoriosa Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciando-se uma nova era da história brasileira. Havia muita confiança no governo de Getúlio Vargas, pois ele se mostrava simpatizante da causa feminina e renunciava uma gestão diferenciada para o país, fundada na justiça e na igualdade de direitos. É o que nos dá a perceber o discurso de Maria Ritta:

SD4.[...] Reconheço no Doutor Getulio Vargas , um espírito bastante alevantado para integrar o Paiz num regimen de justiça e equidade dando a seus patrícios igualdade de deveres e direitos, sem privilégios de sexo, ou quaes quer outros, pois que todo elle é injusto e revoltante.[...] Bem sei que o momento ainda é de iniciação d'uma vida completamente nova para o Paiz. Justamente por isso, porém, é que se devia iniciar logo a mulher no trato dos negócios publicos.

Quando se procura capacidade intelectual, dignidade, actividade e eficiencia no trabalho, não se pode desprezar a collaboração feminina, que, salvo raríssimas e infelizes excepções tem se revelado ciosa e hábil cumpridora dos deveres nas funcções que desempenha. A revolução que não admite partidarismo, que não reconhece privilégios, que quer fazer um Brasil Brasileiro, onde todos sejam irmãos, com direitos e deveres iguaes, não deve deixar que persista o privilégio masculinista na vida política e administrativa do paiz. (RENOVAÇÃO, ANO II, n. 22, janeiro de 1932).

Reconhecendo as circunstâncias da iniciação de uma vida completamente nova para o país, Maria Ritta se aprofunda em sua posição-sujeito para afirmar a importância da imediata participação feminina em todo o processo: “Justamente por isso, porém, é que se devia iniciar logo a mulher no trato dos negócios públicos, quando se procura capacidade intelectual, dignidade, atividade e eficiência no trabalho”. Procurando anular qualquer posição contrária, induz seus leitores à concordância, ao expor que a mulher “tem se revelado ciosa e hábil cumpridora dos deveres nas funções que desempenha”, para afirmar sua tese: “A revolução que não admite partidarismo, que não reconhece privilégios, que quer fazer um Brasil Brasileiro, onde todos sejam irmãos, com direitos e deveres iguaes, não deve deixar que persista o privilégio masculinista na vida política e administrativa do paiz”.

No recorte discursivo acima, ao sustentar o “não” pela repetição constante: “[...] não se pode desprezar a colaboração feminina [...]” “A revolução que não admite partidarismo, que não reconhece privilégios, [...] não deve deixar que persista o privilégio masculinista [...]”, está implícito que a Revolução, até aquele momento, tem feito justamente o contrário: despreza a colaboração feminina, admite partidarismo, reconhece privilégios, deixa prevalecer o privilégio masculino. Na verdade, os ideais revolucionários não foram concretizados.

Maria Ritta articula, ao seu discurso, outros enunciados, antes já ditos. Ao usar o marcador de negação, a autora chama a atenção para o que outros disseram antes, em nome da Revolução, embora não mencione quem o disse. A marca da negação está presente, explícita, mas o discurso-outro está subentendido, implícito.

Considera Indursky que o marcador de negação funciona como pista, uma vez que o discurso do outro não é explicitado. “O discurso-outro não podendo ser dito pelo sujeito [...] passa a constituir o indizível desse discurso que permanece, para sempre,

recalcado em seu interdiscurso específico. É o discurso da implicitação” (INDURSKY,1997, p. 218).

Procedimento similar ocorre no recorte discursivo de Graziella Cabral, ao manifestar-se em relação aos que não reconhecem a necessidade de uma reforma profunda na Constituição do país:

SD5. [...] Não posso crer que haja algum brasileiro que, honestamente, deixe de reconhecer a urgente necessidade de uma reforma radical na nossa constituição, já bem que muitos deles foram a causa mater dos desbaratos nacionaes. Mas errar é humano como humanos e sublimes são esses movimentos de indignação e protesto contra a teimosia no erro, quando exercidos dentro da caridade e amor ao próximo. E eis a razão porque orgulhosos estamos com o nobre feito dos nossos patriotas (RENOVAÇÃO, ANO I, n.12, junho de 1931).

O uso da primeira pessoa e da negativa na abertura do trecho (“não posso crer”) é expediente que denota indignação pessoal ante a atitude contrária às reformas constitucionais, em descompasso com os ideais revolucionários. No entanto, verificam-se certas modalizações no discurso, como o uso do verbo “poder” como auxiliar de “crer” e do advérbio “honestamente”, como formas de abrandar os ânimos e conseguir apoios para o pleito que endossa a autora, a reforma constitucional.

A crítica àqueles “que foram a causa mater dos desbaratos nacionais” é amenizada pela conjunção “mas”, empregada com um sentido refutativo, desde que introduz uma máxima tão reconhecida pelo senso comum, “errar é humano”, que tem seu complemento em “[...] como humanos e sublimes são esses movimentos de indignação e protesto contra a teimosia no erro, quando exercidos dentro da caridade e amor ao próximo”.

Ao estabelecer um paralelo entre elementos com conteúdos diferentes e, mesmo, opostos, percebe-se em suas palavras um nivelamento em que a possível contradição se redime nos “movimentos de indignação e protesto contra a teimosia no erro”, despontando como importante o uso do articulador “quando”, que introduz uma condição: se “exercidos dentro da caridade e amor ao próximo”. Enfim, direciona-se ela a uma FD religiosa, cujo conteúdo repousa em prescrições piedosas, a caridade e o amor ao próximo, frutos da tradição, do pré-construído que nos remete ao “sempre já aí” de Pêcheux (o sujeito universal), o que lhe permite esta conclusão: “E eis a razão porque orgulhosos estamos com o nobre feito dos nossos patriotas”.

Em seu discurso, Graziella Cabral recorre à controvérsia para resolver um contraponto, para impor uma conduta, sem alternativa, já que não admite a existência de quem possa divergir quanto à urgente reforma constitucional. O “não acredito”, utilizado no início da citação, é de ordem decisiva, impõe uma obrigatoriedade, sendo-lhe inteiramente inadmissível alguém que aja em sentido contrário.

Daí, a questão controversa que há, pois tanto defende aqueles que foram a razão dos “desbarates nacionais” como os que protestaram e lutaram contra os desmandos e a teimosia no erro, estabelece uma ambigüidade ideológica que, sem dúvida, tem um efeito discursivo positivo, desvelando uma FD heterogênea, atravessada por outras FDs. À política, acrescentam-se a do senso comum e a da religião, em benefício da conciliação das diferenças.

Courtine e Maradin (1981) afirmam ser “uma FD heterogênea a ela própria [...] não consiste em um limite traçado de forma definitiva separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diferentes FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica”. Em função dessa heterogeneidade, própria a cada FD, Courtine a caracteriza como uma unidade dividida que tem como princípio constitutivo a contradição.

Os elementos do interdiscurso (o pré-construído e os discursos transversos), ao se inscreverem nos discursos, contribuem para a interpelação do sujeito do discurso, que passa, então, a assumir uma forma-sujeito identificada ao saber da FD que o domina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, os discursos das mulheres contribuíram para alterações na condição feminina e, embora essas transformações tenham se dado de forma paulatina, decorreram, sobretudo, da ação crítica do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas sociais, conseguiu romper o círculo que detinha as mulheres, as barreiras de uma sociedade que limitava seus espaços, suas ações, restringindo-lhes as possibilidades de crescimento individual ou coletivo.

Verificou-se, através das análises dos discursos feministas da revista *Renovação*, o surgimento gradativo da consciência de pertencimento a uma categoria marginalizada da vida pública e da premência de mudanças no estado de alienação em

que se encontrava a maioria das mulheres sergipanas. Daí a luta feminina, advinda de uma necessidade intrínseca de participar e de ser útil ao meio social em que viviam. Será que seus discursos contribuíram para a formação de uma identidade feminina?

Ora, da identificação com um determinado saber para a formação de uma identidade, há um trabalho de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito, ou seja, o sujeito, por não identificar-se plenamente com a FD dominante, ao deparar-se com outros lugares de dizer, se recoloca, ajustando-se a eles e assumindo a forma-sujeito correspondente. A forma-sujeito sofre, portanto, um processo de transformação-deslocamento. A identidade não é algo estanque, tanto pode encontrar-se em formação como pode transformar-se “[...] uma identidade movente, sempre prestes a reestruturar-se, uma identidade afetada pela tensão entre a continuidade e a descontinuidade, identidade [...] em constante rearranjo” (NARDI, 2007, p.162).

A reflexão acima muito bem se ajusta aos discursos femininos da revista *Renovação*, em que as identidades encontram-se, ainda, em processo de construção, por isso são ainda indefinidas e mutáveis.

REFERÊNCIAS

COURTINE, J-J. ; MARADIN, J-M. **Quel objet pour l’analyse du discours?** In: MATÉRIALITÉS DISCURSIVE. Colloque des 24, 25 et 26 avril 1980. Université de Paris X. Nanterre : Press Universitaires de Lille, 1981, p. 21-33.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da 3ª República Brasileira (1964-1984)**. Campinas: UNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, D.- **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1976.

NARDI, F. S. de. **Identidade, Memória e os modos de subjetivação**. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 157-166.

NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; S. Cristóvão: UFS; Aracaju: SEC/SE, 1984.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: E. P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1998.

SOIHET, R. **Mulheres conquistam o espaço público: a militância feminista de Bertha Lutz (1918- 1937)** In: CRUZ, M. H. S.; ALVES, A. A. C. F. (orgs.). *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos*. Aracaju: FAP-SE; São Cristóvão: UFS, 2005, p. 115-127.

ZANDWAIS, A. A forma-sujeito dos discursos e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. IN: INDURSKY, F.; CAMPOS M. C. Discurso, memória e identidade. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000, p. 141-150.

REVISTAS CONSULTADAS:

RENOVAÇÃO. Ano I, n. 2. 15 de janeiro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.

_____. Ano I, n. 7. 1º de abril de 1931. Aracaju: Casa Ávila

_____. Ano I, n. 12. 15 de junho de 1931. Aracaju: Casa Ávila.

_____. Ano II, n. 22, janeiro de 1932. Aracaju: Casa Ávila.